

## **A imprensa itabunense no contexto da Ditadura Militar (1964-1978): Aportes teóricos e prospecção de fontes.**

Mariella de Oliveira A. Moreira / UESC<sup>1</sup>

### **Introdução:**

A Ditadura Militar (1964-1985), como se sabe, foi um período tenso e conturbado da política brasileira que provocou drásticas modificações na estrutura econômico-social do país. A prática da tortura, por parte dos órgãos dirigentes, sobre aqueles que infringiam as leis do regime, fazia jus à ideologia dos militares brasileiros e aos preceitos da Doutrina de Segurança Nacional, as práticas repressivas acoitadas pelo regime, deixou fortes marcas em seus contemporâneos, a exemplo, da censura aos meios de comunicação e dos mais variados mecanismos de coação, configurados em prisão, tortura, crime político, perseguição a jornalistas e intelectuais de diversas categorias, dentre outras situações.

Perdurando durante vinte anos no poder, a Ditadura Militar, oscilou em seu rigor e intensidade conforme as várias fases do regime. Assim, alguns historiadores<sup>2</sup> consideram que nos anos que se iniciou o regime de 1964 até 1968 a repressão e a censura em geral não foram tão rígidas quanto os anos de 1968 em diante, da posse de Médice a presidência da república em 1969 a 1974 quando Geisel assume o cargo de presidente e inicia-se o processo de distensão política.

As intervenções militares estiveram presentes em diversos momentos da história brasileira<sup>3</sup>, assim como a censura, instrumento inerente aos regimes políticos autoritários ditatoriais. A censura de caráter político ideológico foi praticada, no Governo de Getúlio Vargas durante o Estado-Novo (1937-1945) e, sobretudo na Ditadura Militar a partir de 1964. Quando as manifestações contrárias ao regime eram expostas nas matérias jornalísticas, manifestações culturais e/ou motins, ou por quaisquer outros artifícios, estes sofriam advertência por parte das autoridades.

---

<sup>1</sup> Graduanda em História

<sup>2</sup> Carlos Fico (2004), Maria Aparecida Aquino (1999).

<sup>3</sup> De acordo com os estudos de José Murilo de Carvalho (1978) e Nilson Borges (2003) veremos que a intervenção das forças armadas na política e os governos militares tornaram-se constante no Brasil desde a primeira República.

Para Daniel Trevisan<sup>4</sup>, os militares ao tomarem o governo em 1964 precisavam garantir uma imagem positiva do regime e manter sua legalidade, para isso era necessário usar de medidas repressivas, a fim de legitimar seu poder, assim foram cassados mandatos políticos, bem como, lançado decretos constitucionais para poderem exercer práticas repressivas, tal qual, a da censura a imprensa. Além dessas medidas repressivas que ao longo do regime foram sendo amparadas pela constitucionalização e decreto dos Atos Institucionais, havia desde o princípio, antes mesmo do golpe, a forte ideologia propagada pela Doutrina de Segurança Nacional, ao estado de ‘guerra interna’ do combate a “subversão” e ao comunismo. Após o golpe esta ideologia foi conservada nas Escolas Superior de Guerra e, a união das diversas clivagens militares entre moderados e radicais em torno de uma “utopia autoritária” daria as condições necessárias ao elaborado e “coerente” sistema de espionagem legal, o SISNI e o SNI<sup>5</sup>. Assim, mesmo não havendo um ‘Estado integrado e centralizado’ a “utopia autoritária” fomentou uma ideologia política que se enquadra no pensamento de Ansart<sup>6</sup> sobre o uso do poder e da ideologia política,

“(…) designar em traços gerais o verdadeiro sentido dos atos coletivos, **traçar o modelo de sociedade legítima e de sua organização**, indicar simultaneamente os legítimos detentores da autoridade, os fins que se deve propor a comunidade e os meios de alcançá-los.” (ANSART, 1978, p.36, grifo nosso)

A censura aos meios de comunicação no regime militar se enquadra nesta concepção de ideologia política, no qual, o poder munido de recursos ideológicos consegue modelar a sociedade de acordo com seus ideais. Entretanto a censura no Brasil, pode se manifestar, mesmo que de forma implícita, em diversas situações em que os próprios meios de comunicação, por conveniência de tipos variados, deixam de publicar determinados assuntos de interesse público, mostrando-se conivente com os interesses do poder vigente. No contexto da Ditadura Militar, principalmente nos anos após 1968, grande parte dos jornais de grande circulação se submeteu aos ditames do regime, alguns unicamente devido à censura, outros porque realmente eram a favor do

<sup>4</sup> SAMWAYS, Daniel Trevisan. “*Censura a imprensa e a busca de legitimidade no Regime Militar*”.

<sup>5</sup> SISNI (Sistema Nacional de Informação), SNI (Serviço Nacional de Informação).

Ver: FICO Carlos. *Como eles agiam. Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e polícia política*. Fico analisa toda a estrutura e funcionamento dos órgãos de segurança e informações que existia durante a Ditadura Militar. O SNI era o órgão responsável por coordenar e superintender o SISNI visando a produção de “informações nacionais” que fosse de interesse do regime.

<sup>6</sup> ANSART, Pierre. *Ideologias, conflitos e poder*.

sistema político, havia também, a chamada autocensura, no qual o próprio jornal se precavia cortando determinadas matérias que pudesse comprometer o jornal.

### **A imprensa e a censura na Ditadura Militar**

Desde o mandato do primeiro presidente deste regime, o General Humberto Castelo Branco, há indícios de medidas repressivas contra a sociedade civil e a censura a imprensa escrita. O presidente Castelo Branco mesmo sendo considerado pelo gênero memorialístico como ‘moderado’ e ‘legalista’<sup>7</sup> foi conivente com a tortura praticada logo após o golpe de 64, não conseguindo interromper as medidas “revolucionárias” durante seu governo. Segundo Fico (2004) as punições de teor “revolucionário” do governo de Castelo se ateve em proibir a atuação de setores que ameaçassem a ordem constituinte do golpe, assim, além de proibir atividades políticas dos estudantes,

“decretou o AI-2; não logrou impedir que militares radicais conquistasse poder político; ajudou a redigir e assinou a lei de segurança nacional que instituiu a noção de “guerra interna”; fechou o congresso nacional e decretou uma lei de imprensa restritiva.” (FICO, 2004, p.72)

Já nos períodos da edição do Ato Institucional n.º 5 em dezembro de 1968, no governo de Costa e Silva e de Médice, houve uma intensificação da censura à imprensa e, a partir de então esta se tornou uma prática rotineira passando a acatar as ordens e instruções emanadas pelos ‘altos escalões de poder’. O AI-5 forneceu suporte legal à censura a imprensa escrita, até então esta não tinha subsídios legal para ser exercida.

Em relação à legalização da censura a imprensa, Carlos Fico (2004) chama atenção para alguns aspectos que considera controverso, primeiramente distingui a censura das diversões públicas que segundo ele sempre existiu legalmente no Brasil, da censura à imprensa, prática que embora fosse negada pelo governo era mantida. Assim a censura a imprensa mesmo não sendo declaradamente assumida pelos militares foi praticada sistematicamente nos governos de Costa e Silva e de Médice. Outro tipo de controvérsia colocada por Fico se refere ao Decreto-lei nº 1.077, de 26 de Janeiro de 1970, que instituiu a censura prévia a “moral e aos bons costumes”. Esta última era

---

<sup>7</sup> Os livros: VIANA FILHO, Luís. *O Governo Castelo Branco* e KRIEGER, Daniel. *Desde as Missões... saudades, lutas, esperanças, são dois memoriais de avaliação positiva do governo Castelo Branco*. Citado por, ( FICO, 2004, p.24.)

voltada para revistas, livros, rádios e TV, mas não abrangia a imprensa, pois não estava incluso em seu decreto de lei a censura a temas estritamente políticos.

Sobre as conseqüências da censura, Márcio de Souza Castilho<sup>8</sup>, preocupar-se em abordar a dificuldade do trabalho do jornalista, e, das limitações que foram impostas por este regime aos profissionais da área de comunicação, que neste período dos anos de Ditadura Militar se viram impedidos de abordar criticamente assuntos relativos à política em seus trabalhos jornalísticos. Castilho verifica nas matérias vencedoras do prêmio Esso de jornalista, no período que se estende do decreto do AI-5, em 1968, até o início de flexibilização da censura em 1975, reportagens dos mais variados tipos: (Sobre futebol, meio-ambiente, psicanálise), observando que os jornais de grande circulação evitavam publicar assuntos políticos e, quando o faziam não entravam em detalhes que pudessem comprometer o jornal. Nota-se, portanto, que neste período de intensa censura aos veículos de informação, houve um esvaziamento do debate político na imprensa escrita, tanto na chamada grande imprensa quanto nos “tablóides”. Paradoxalmente, nas duas décadas de ditadura militar no Brasil, a criatividade ascendeu numa conjuntura onde idéias contra culturais eram preconizadas pela estrutura de poder, assim o movimento cultural suscitado após os anos de 1964 assume duas vertentes, de um lado a repressão política e ideológica e do outro a efervescência cultural criativa.

As diversas manifestações culturais ocorridas no contexto do Regime Militar no auge das décadas de 1960 e 1970, período mais fortemente marcado pela repressão e censura. O teatro, a literatura, a música, o cinema e a imprensa foram instrumentos culturais de resistência ao regime, lugar das discussões políticas e das inovações criativas, através destas manifestações culturais os artistas envolvidos protestavam e contestavam o regime.

A imprensa não deixava transparecer abertamente para a sociedade a existência da censura, embora alguns jornais arranjassem maneiras criativas de protesto, como publicar uma receita de bolo no lugar da matéria censurada. Segundo Bianca Reis<sup>9</sup> a

---

<sup>8</sup> CASTILHO, Marcio de Souza. “*O jornalismo na distensão política do regime militar e a autoconstrução do repórter como investigador policial. Uma análise das matérias vencedoras do premio ESSO.*” Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/castilho-marcio-jornalismo-distensao-politica.pdf>>. Acesso em: 05 julh. 2009

<sup>9</sup> REIS, Bianca R. do Nascimento. *A Censura como instrumento de aglutinação da capacidade criativa e cultural dos brasileiros.*

censura somente era divulgada entre os jornalistas, estes evitavam se opor explicitamente ao governo como uma estratégia de “sobrevivência” do jornal .

A autocensura, para muitos jornais, era a única alternativa para se manter em circulação, De acordo com Smith<sup>10</sup>, citada por Reis, a fiscalização da censura prévia pelos agentes do regime (censores) poderia prejudicar o lado comercial da mesma, suspendendo os anúncios do governo, além de perseguir os anunciantes e confiscar as gráficas particulares. A publicidade “carro-chefe” da lucratividade da imprensa era instrumento de chantagem dos governos militares, haja vista que, os jornais que não aderissem à autocensura, corriam o risco de não receberem as verbas publicitárias do governo, ou na pior das hipóteses, teriam seu fim decretado pelo mesmo. Para José Antonio P. Machado, ex editor do semanário *Opinião*, a censura prévia:

*“Com a censura prévia, o poder submete um jornal a lenta asfixia. Restringe-se a matéria publicada, cai a qualidade da publicação, o público se desinteressa, a venda avulsa diminui, a publicidade chega a zero. Por traz da represália política, há um engenhoso garrote econômico. Fora o prejuízo direto da matéria não publicada, as publicações censuradas sofrem o prejuízo maior que é o da sua mutilação.”* (MACHADO, 1978, p.5)

Os “estilos” assumidos pelos jornais no período da ditadura militar é outro ponto importante tratado por Reis. O estilo norte-americano de imparcialidade e objetividade das notícias foi o mais adotado pela imprensa de grande circulação à época, a exemplo dos jornais *O Globo* e *Jornal do Brasil*. Por outro lado, a imprensa “Alternativa” também conhecida como “Nanica”, apresentou-se como outro estilo de jornal que, ao contrário dos jornais da grande imprensa, fazia oposição ao regime ditatorial, servindo, ao mesmo tempo de espaço para as esquerdas e intelectuais se manifestarem e para os jornalistas realizarem um jornal alternativo, (a exemplo de *O pasquim*, *Movimento* e *Opinião* sendo que o primeiro teve maior destaque e durabilidade no período enfocado).

A imprensa alternativa mesmo sob as limitações imposta pela censura resistiam dentro do possível “driblando” os censores ou recorrendo a meios legais para poderem publicar suas matérias. O semanário *Opinião*<sup>11</sup>, considerado um jornal de estilo alternativo, atingido pela censura prévia no ano de 1972 em seu oitavo número de publicação, teve suas publicações duramente reprimido, levando a direção do jornal a suspender temporariamente suas atividades em 1977 como ato de protesto. Os anos que

<sup>10</sup> SMITH, Anne-Marie. Um Acordo Forçado – o consentimento da imprensa á censura no Brasil.

<sup>11</sup> Ver: MACHADO, J.A Pinheiro. *Opinião X Censura: Momentos da luta de um jornal pala liberdade.*

o jornal *Opinião* foi obrigado a receber os censores em sua redação foram ironicamente de abertura política e abrandamento da repressão e da censura.

Castilho verifica que nos fins da década de 1970, houve um momento de fortalecimento da imprensa e do profissional jornalista<sup>12</sup>, proporcionado pela distensão política ocorrida no governo do presidente Geisel, mesmo que parcialmente houve uma maior liberdade para que tais profissionais tivessem uma atuação de cunho investigativo e mais crítico inclusive sobre notícias políticas. A não submissão de alguns jornalistas (não foram todos que transgrediram a censura) aos ditames do regime neste período favoreceu a imprensa e promoveu a melhoria na qualidade das suas matérias que passaram a conter informações mais precisas dos fatos políticos e das ocorrências policiais, contudo, a exemplo do que aconteceu com o jornal *Opinião*, a distensão política não significou que estavam totalmente livres da censura.

### **A imprensa itabunense no Regime Militar: Prospecção de fontes.**

O Município de Itabuna, durante período da ditadura militar, nos anos correspondente a década 1960 e no fim dos anos de 1970, teve uma relevante produção artística e cultural, a saber, no teatro e na poesia marginal<sup>13</sup>, com uma atuação crítica e contestadora diante do regime instituído, mas essa reação não ocorreu com a mesma intensidade na imprensa.

Houve casos de perseguição a jornalistas em Itabuna durante a Ditadura Militar, muitas vezes por motivos pessoais, mas para as razões políticas raramente acontecia, uma vez que, as notícias políticas nacionais eram em sua unanimidade a versão oficial, quando havia notícias críticas estas se restringiam a política partidária local e a política internacional. Numa destas situações relata o jornalista Ariston Caldas em entrevista<sup>14</sup>, que o Major Dorea, oficial da reserva, lhe enviava intimação ou ia pessoalmente intimidá-lo. Este fora preso e interrogado várias vezes por assinar suas iniciais 'A. C.' nos jornais em que trabalhou e suas matérias apenas reproduzia informações acerca da

---

<sup>12</sup> Idem Nota (8)

<sup>13</sup> SILVA, Josemilia. "O perfil do teatro itabunense na década de 60". Monografia (Especialização em História Regional) Itabuna-ba, 2000. Universidade Estadual de Santa Cruz – UESC. Quanto à poesia marginal as pesquisas estão em andamento, contudo, sabe-se que no final da década de 1970 havia em Itabuna um movimento formado por poetas politizados que, por meio de sua arte faziam duras críticas ao regime militar e a atuação "política" dos governantes da cidade.

<sup>14</sup> Entrevista concedida em maio de 2004 à Ana Paula Queiro de Araújo. Ver monografia, "A sociedade grapiuna no movimento político-militar de 1964: Mentalidades e comportamento de época."

política internacional. Segundo ele isso acontecia ‘porque’: “(...) eles procuravam dá seriedade no que não tinha seriedade.” Realmente faltava seriedade e até mesmo critério para tais atitudes.

Na ocasião dos governos militares, de sua deflagração em março de 1964 até 1978, ano de abertura política e que o AI 5 foi extinto, circularam em Itabuna jornais de variados tipos; tablóides, semanários, diários, uns tiveram longa duração outros foram efêmeros circulando por pouco tempo. De acordo com o levantamento realizado pelo jornalista Ramiro de Aquino<sup>15</sup>, podemos citar os seguintes jornais que circularam neste período: Diário de Itabuna (10/1957-1995), Tribuna do Cacau (07/1964), Semanário Bahia Sul (1964), SB Informações e Negócios (05/1965), TEDUC (1966), Flâmula (07/1966), Desfile (09/1966), Equipe (03/1967), ZC Jornal – Zona Cacaueira Jornal (09/1967), Tablóide (1967), ACESI (1968), Flash (1970-1972), O jornal da Região Cacaueira (1973), Bahia Destaque Região Cacaueira (1976-1987), Diário do Cacau (1976).

Entre estes jornais, o que teve maior duração foi o jornal Diário de Itabuna, fundado em 20 de outubro de 1957, pelos jornalistas e empresário Ottoni Silva e Zildo Guimarães, permanecendo sob a gestão destes até 1964, quando o político José Oduque Teixeira comprou a parte de Zildo Guimarães e depois a de Ottoni que decidiu vender sua parte do jornal.<sup>16</sup> Assim o Diário de Itabuna (DI), desde sua fundação em 1957 até 1995 ficou 38 anos e 2 meses em circulação, abrangendo todo o período da Ditadura Militar, sendo que seu proprietário o político José Oduque foi representante do partido MDB (Movimento Democrático Brasileiro) em Itabuna. Segundo Aquino (1999) a aquisição do Diário de Itabuna fazia parte de um plano elaborado por Adelino Kfoury, na época gerente de banco, visando promover José Oduque a prefeito de Itabuna (o que aconteceu em 1973 a 1978) e, posteriormente levá-lo ao governo do Estado.

A imprensa brasileira de um modo geral, principalmente a de grande circulação, se inibiu diante da censura imposta pelo regime e tal como aconteceu em âmbito nacional, não foi diferente com a imprensa da região de Itabuna. Em nossa prospecção de fontes<sup>17</sup>, constatamos que a maior parte dos jornais que circulavam em Itabuna na

---

<sup>15</sup> AQUINO, Ramiro. *De Tabocas a Itabuna: 100 anos de imprensa*.

<sup>16</sup> Idem

<sup>17</sup> Tribuna do Cacau (1970 -1978), Semanário Bahia Sul (1968-1971).

época da Ditadura Militar, tinha seu foco na cotação do cacau, principal produto da economia regional naqueles tempos, eventos sociais, concurso de beleza e na parte policial. O tablóide *S.B informações e negócios*<sup>18</sup>, de distribuição gratuita aos domingos foi o único jornal que se distanciava deste padrão, assumindo uma postura alternativa.

O fenômeno ocorrido em jornais de grande circulação nacional, de evitar matérias políticas que criticassem o regime, a exemplo dos jornais: *O Estado de São Paulo-1968*, *Última Hora-1969*, *O Globo- 1970*, *Jornal da Tarde-1971*, *Jornal do Brasil-1975*, observados por Castilho<sup>19</sup>, também aconteceu nos jornais locais do município de Itabuna. Entre os anos de 1968 a 1975, há uma razoável quantidade de notícias políticas, algumas vindas de outros jornais, no entanto, entre as que têm, nenhuma possui um conteúdo crítico em relação ao regime, ao modelo econômico mantido pelos militares, ou ao desempenho do presidente da república, em sua absoluta maioria são notícias de divulgação oficial divulgando os feitos positivos do governo.

No quadro abaixo<sup>20</sup> está um levantamento quantitativo do jornal Diário de Itabuna que circulou de 1963-1978, sobre notícias de teor político especificamente do governo federal.

<b>Década 1960</b>	<b>Exemplares</b>	<b>Notícias</b>	<b>Década 1970</b>	<b>Exemplares</b>	<b>Notícias</b>
1963	1ex. 1 avulso	8	1970	1	6
1964	1.	15	1971	1	7
1965	1(Fevereiro)	0	1972	1	1
1966	0	0	1973	1	7
1967	1	6	1974	1	10
1968	1	5	1975	1	7
1969	1	19	1976	0	0
			1977	1	6
			1978	1	5

Na análise do jornal Diário de Itabuna<sup>21</sup> (DI) constatamos que no período que antecede ao Golpe militar de 1964, por volta de agosto 1963 até as vésperas do golpe,

<sup>18</sup> Disponível no CEDOC exemplares avulsos, colunas sobre esportes e economia, nenhuma notícia sobre política.

<sup>19</sup> Idem (Nota-8)

<sup>20</sup> Levantamento realizado conforme disponibilidade no CEDOC e do Arquivo público Municipal de Itabuna.

<sup>21</sup> Disponível no CEDOC da Universidade Estadual de Santa Cruz - UESC



foram publicadas muitas matérias políticas contestando o governo do presidente João Goulart, a maioria com um conteúdo apelativo, revelando insatisfação com o governo e apontando os problemas deste, como foi explicitada na manchete ‘*Jango está “jangando” com a paciência do povo*’, de dezembro de 1963, na qual faz críticas ferrenhas ao presidente a começar dizendo que este insiste em imitar Getulio Vargas, ser um manobrista que ao invés de administrar o país, fica tramando maquinações políticas contra seus adversários, como mostra trecho da matéria abaixo:

*“È com essas jogadas políticas que não mais interessam nem sensibilizam a opinião pública, que o senhor João Goulart pretende passar á história. A história do atraso do nosso país por quatro miseráveis anos. Quer e não quer o Sr. João Goulart reformular em sentido expressamente político seu ministério. A barganha de sempre para conter os partidos e retê-los em redor do poder”.*<sup>22</sup>

Ver-se também que em curto período que antecedeu o golpe, o jornal DI fez forte promoção à candidatura do governador de Guanabara Carlos Lacerda, sempre com muitos elogios a atuação deste e, desestimando sem nenhum pudor o governo de João Goulart, que constantemente era associado a uma ‘subversão comunista’, tal como demonstra a seguinte matéria intitulada “*Em Busca da Revolução*”.

*“Somente o atual governador do Estado de Guanabara, poderá com coragem e destemor enfrentar essa onda de lama, esta maré montante de desgraça que estão avassalando o país, matando o povo de fome e fazendo engordar, com facilidade de bilhões de cruzeiros, os ‘piqueteiros de greves’, trabalhado pelo governo da união, a fim de que a confusão de generalize, e seja o Brasil transformado em república sindicalista sob a orientação da Rússia (...)”*<sup>23</sup>

A imprensa itabunense nos anos que antecederam o golpe Militar era explicitamente anticomunista e como se espera fez forte campanha contra o governo de João Goulart, participando de sua desarticulação, sendo assim, apoiou avidamente o golpe de 1964 que em sua visão era uma necessária e urgente revolução.

Do Golpe de 1964 até 1967, as matérias políticas do jornal Diário de Itabuna são unânimes em “tecerem” elogios ao governo e a “revolução”. É possível que muitos destes elogios sejam devido à censura, afinal, era proibido criticar o regime e a censura mesmo não sendo institucionalizada era praticada, mas é notável a posição favorável do

<sup>22</sup> Jornal Diário de Itabuna, Ano VII, segunda-feira, 9 de dezembro de 1963.

<sup>23</sup> Idem, “Em busca da Revolução” quinta-feira, 21 de novembro de 1963.

jornal ao novo regime, que já no governo anterior às vésperas do golpe militar era suplicado com boas vindas deixando transparecer uma boa recepção.

No ano de 1967, notadamente, veremos que há notícias de divulgação oficial propagada pelo jornal local sobre a “serventia” da censura instituída pela nova lei de imprensa, como consta no noticiário do mês de fevereiro deste referido ano, “Costa e Silva: Nova Lei de imprensa não censura, mas controla responsabilidade.” Esta matéria ilustra bem o intuito do governo em esconder a real finalidade da censura, mas também revela que sobre esta questão o DI em não tem nenhuma objeção.

*“A Nova Lei de imprensa no Brasil não implica censura, mas apenas controle e responsabilidade” (nota do jornal) “explicou que a nova lei de imprensa implica antes de tudo, numa ação moralizadora dentro da própria imprensa, apoiada por todos os jornalistas responsáveis, aos quais a nova Lei protege e prestigia”<sup>24</sup>*

De 1968 a 1975 há de maneira geral uma variação na quantidade de publicações referentes ao governo Federal e ao regime militar, as notícias políticas são em sua maioria sobre inauguração de obras e instituições públicas, escolas, hospitais, estradas, viagens presidências etc..

A abertura política ocorrida nos fins da década de 1970 não alterou a maneira como as notícias sobre política, diga-se, sobre o regime militar, eram divulgadas pelo Diário de Itabuna, se não demonstrasse uma posição favorável mantinha o estilo jornalístico de imparcialidade.

## Fontes

### Centro de Pesquisa e Memória Regional

- Jornal Diário de Itabuna - (1963) (1965-1978)

### Arquivo Público Municipal de Itabuna

- Jornal DI - (1964)

## Referências Bibliográficas

ANSART, Pierre. **Ideologias, Conflitos e Poder**. Tradução de Aurea Weissenberg, Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

---

<sup>24</sup> Diário de Itabuna, 2 de fevereiro de 1967, Ano XIX, n.º 89

AQUINO, Maria Aparecida de. **Censura, imprensa, Estado autoritário (1968-1978)**. Bauru, EDUSC, 1999.

AQUINO, Ramiro. **De Tabocas a Itabuna: 100 anos de imprensa**. Agora: 1999.

ARAÚJO, Ana Paula Queiros de. **A sociedade grapiúna no movimento político-militar de 1964-mentalidades e comportamentos de época**. Monografia (graduação em História) – Universidade Estadual de Santa Cruz, Ilhéus, 2004. [Orientador: Prof. Rogério Souza Silva]

BORGES, Nilson. “**A doutrina de segurança nacional e os governos militares**”, in J. Ferreira e L. de A. N. Delgado (orgs.), *O Tempo da Ditadura. Regime Militar e Movimentos Sociais em Fins do Século XX – O Brasil Republicano*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, Vol. 4.

CASTILHO, Marcio de Souza. “**O jornalismo na distensão política do regime militar e a autoconstrução do repórter como investigador policial. Uma análise das matérias vencedoras do premio ESSO.**” Disponível em: <<http://bocc.ubi.pt/pag/castilho-marcio-jornalismo-distensao-politica.pdf>>. Acesso em: 05 julh. 20

FICO, Carlos. **Além do golpe: versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar**. Rio de Janeiro, Ed. Record, 2004.

\_\_\_\_\_. **Como eles agiam**. Os subterrâneos da Ditadura Militar: Espionagem e polícia política. 2001. Rio de Janeiro, Record, 2001.

MACHADO, J.A Pinheiro. **Opinião X Censura: Momentos da luta de um jornal pala liberdade**. Rio Grande do Sul, L&PM Editores, 1978.

REIS, Bianca R. do Nascimento. **A Censura como instrumento de aglutinação da capacidade criativa e cultural dos brasileiros**. Artigo disponível em: <<http://www.redealcar.jornalismo.ufsc.br/cd4/midiologia/BiancaReis.doc>>. Acesso em 05 julh. 2009

SAMWAYS, Daniel Trevisan. “**Censura a imprensa e a busca de legitimidade no Regime Militar**”. Disponível em: < [http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br](http://www.eeh2008.anpuh-rs.org.br/resources/content/anais/1212349634)> /resources/content/anais/1212349634. Acesso em: 09 Set 2009.